

Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA)
luanapatriolino.df@dabr.com.br

Acaba em pizza?

Mesmo com o possível indiciamento de Bolsonaro, os parlamentares da base governista temem que o caso seja esquecido, a exemplo do que ocorreu com o relatório da CPI da Covid, que atribuiu nove crimes ao ex-presidente. À época, a Procuradoria-Geral da República (PGR), sob o comando de Augusto Aras, recomendou a rejeição da denúncia.

Não tá fácil

A semana não vai ser das melhores para Bolsonaro. Além do relatório da CPMI do 8 de Janeiro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retoma, na noite de hoje, o julgamento de três ações contra o ex-presidente e Walter Braga Netto — que foi vice na chapa à reeleição. Bolsonaro é suspeito de usar a estrutura pública para fazer lives como candidato à Presidência da República, em 2022. Em caso de condenação, o político pode ser declarado inelegível, mais uma vez.

Queda e ascensão

Procuradores da Operação Lava-Jato sofreram sucessivas derrotas na gestão do ex-procurador-geral Augusto Aras, mas o cenário pode mudar. Januário Paludo, Mônica de Ré e Janice Ascari, que se destacaram nas forças-tarefas de Curitiba, do Rio de Janeiro e de São Paulo, deverão ser promovidos a subprocuradores-gerais da República até o fim deste ano. A ascensão dos três e de outros procuradores da mesma linha representa o início de uma importante mudança no perfil da cúpula do Ministério Público Federal (MPF), que pode recuperar o vigor investigativo de outros tempos.



Mais um indiciamento

A possibilidade de pedido de indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), no relatório da CPMI do 8 de Janeiro, é dada como certa nos bastidores do Congresso. Até o momento, a relatora do colegiado, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), faz

mistério sobre o caso. Por outro lado, ela já afirmou, em algumas ocasiões, que boa parte do documento — com previsão de leitura para hoje — será dedicado à suposta participação dos militares nos atos golpistas. É nesse ponto que Bolsonaro pode se complicar. Aguardemos.

Reprodução/Instagram



Guerra de chocolates

Uma tentativa de boicote à Lacta ficou nos assuntos mais comentados das redes sociais, após o influenciador Felipe Neto (foto) publicar uma foto com uma caixa de Bis, marca da qual é parceiro. O youtuber é conhecido por suas posições contrárias a Jair Bolsonaro. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro chegou a levantar a hashtag #BisComunista, e incentivar o consumo do KitKat, da Nestlé. No entanto, os internautas resgataram uma campanha da empresa falando sobre o orgulho LGBTQIA+, e deixaram os bolsonaristas confusos.

Para Moro, sem relevância

O senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) disse, via redes sociais, que o Brasil não tem relevância internacional suficiente para “fazer diferença” na guerra no Oriente Médio. “A crise serve apenas para Lula exercitar a sua megalomania diplomática”, disse. O comentário ocorreu em meio às críticas do parlamentar ao presidente — que tem feito apelos em prol da paz no conflito Israel-Hamas.

Desoneração da folha

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado deve votar, hoje, a prorrogação da política de desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até 31 de dezembro de 2027. Como houve alteração na Câmara, o texto voltou para a Casa. O incentivo permite às empresas beneficiadas o pagamento de alíquotas entre 1% e 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários.

Na prateleira

Professores de direito e peritos criminais federais lançam, hoje, o livro *O Direito à Prova Pericial no Processo Penal*. Na publicação, coordenada pelo perito Cláudio Saad Netto, os autores defendem o direito dos cidadãos à prova pericial. A obra é publicada pela Editora Revista dos Tribunais e tem apresentação assinada pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares da Fonseca. A noite de autógrafos ocorrerá no Salão Nobre do Espaço Cultural da Corte, a partir das 18h30.

História viva

Nesta quarta-feira, às 19h30, o ex-presidente José Sarney receberá o título de doutor honoris causa do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Aos 93 anos, Sarney é referência na política brasileira há décadas. Estava à frente do Palácio do Planalto na redemocratização, em 1985, após 21 anos de regime militar. Era, ainda, o presidente da República quando da promulgação da Constituição Cidadã, há 35 anos.

CONGRESSO

Pressão para votar tributária

Governo se articula para aprovação da reforma até o começo de novembro. Questões econômicas são a prioridade no trimestre

» ÂNDREA MALCHER

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu, ontem, no Palácio da Alvorada, um grupo de ministros e líderes do governo no Congresso para traçarem as estratégias de aprovação da reforma tributária. Segundo o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, as medidas de recuperação econômica são o assunto mais importante deste quarto trimestre do ano. “O presidente reforçou a prioridade absoluta do governo das medidas que mantêm esse ciclo novo de recuperação econômica, de redução da taxa de juros, da atração de investimentos internacionais e de consolidação do ambiente macroeconômico do país”, comentou Padilha, após o encontro. O ministro afirmou que se reunirá, ainda esta semana, com o relator da reforma tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM), para debater a prévia do parecer. O parlamentar amazonense anunciou que pretende

apresentar o relatório dia 24, com a votação prevista para até 9 de novembro — o que coincide com a expectativa do governo. “É prioridade. O governo vai trabalhar para concluir a reforma (nos impostos) ainda neste ano. É essencial acabar com a balbúrdia tributária que temos no país. Ela traz obstáculos para os investimentos, dificulta a vida dos empresários e é injusta do ponto de vista da distribuição tributária”, afirmou. Outras prioridades listadas são a regulamentação das apostas esportivas e debêntures de infraestrutura, em análise no Senado; a taxação de offshores e fundos exclusivos e a regulamentação do mercado de carbono — que tramitam na Câmara. “Isso é justiça tributária, arrecadar para educação, saúde, habitação, seguridade social, a partir dos fundos dos super-ricos. O governo reiterou a prioridade no Congresso no plano feito pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) de consolidação do ambiente macroeconômico, de reorganização do nosso orçamento, e de garantia de perseguir as metas

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Padilha frisou que a aprovação das pautas econômicas permitirá ao país “um novo ciclo de recuperação”

fiscais estabelecidas pelo governo”, salientou Padilha. Além do ministro das Relações Institucionais, participaram do encontro os líderes

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), do Congresso; José Guimarães (PT-CE), da Câmara; e Jaques Wagner (PT-BA), do Senado. Também estiveram

presentes os ministros Rui Costa (Casa Civil), José Múcio (Defesa), Fernando Haddad (Fazenda), Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência),

» STF nega abater pena de ex-deputado

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou, ontem, o pedido da defesa do ex-deputado Daniel Silveira para abater da pena o período em que ele ficou em prisão domiciliar. “Não é razoável e proporcional”, afirmou. A Procuradoria-Geral da República (PGR) foi contra a redução da pena. O ex-parlamentar, que está preso no complexo penitenciário de Bangu 8, foi condenado pelo STF a oito anos e nove meses de prisão por defender pautas antidemocráticas, como a destituição de ministros do tribunal e a ditadura militar. Moraes afirmou que Silveira “desrespeitou reiteradamente” as medidas cautelares.

o vice Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) e Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação Social).

Insatisfação ameaça adiar PL das offshores

» MAYARA SOUTO

O projeto de lei (PL) que taxa as offshores e os fundos dos super-ricos tinha tudo para ir a votação hoje, mas, novamente, pode ser adiado, em novo recado ao Palácio do Planalto. A falta de disposição dos líderes em analisar de forma “acelerada” um texto de interesse do Executivo está sendo atribuída à ausência do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) — que está em viagem, com uma comitiva de

parlamentares, pela Índia e pela China. Mas, no fundo, estão as insatisfações com o governo para demandas do Centrão ainda não atendidas. O grupo manejado por Lira insiste que enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não ceder cargos na Caixa Econômica Federal e na Fundação Nacional de Saúde (Funasa), alguns projetos de interesse do Planalto continuarão em banho-maria. Outro ponto é o interesse da oposição em travar as pautas de interesse

do governo federal. Parlamentares do Novo e do PL estão obstruindo a votação sob alguns pretextos — que vão desde a suposta interferência, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ao votar matérias que deveriam ser atribuição do Congresso decidir, à votação do relatório final da CPMI do 8 de janeiro, que deve ocorrer amanhã. Não para por aí, porém, a lista de argumentos para que o PL das offshores continue sem prazo para ser levado à votação. Parlamentares apontam que o

conteúdo do projeto passa por ajustes, que estão sendo costurados pelo relator, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). O deputado confirma que vem trabalhando nelas, tal como as diferenças de alíquotas das offshores e dos fundos exclusivos. “Tem uma discussão de isonomia porque a atualização patrimonial das offshores é facultativa. Já a dos fundos exclusivos é obrigatória. Todas essas diferenças estão gerando dúvidas”, comentou o relator, que se reúne, hoje, com

o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Na sequência, se encontra com líderes do PT e do PP. De manhã, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, evitou cravar uma data para a votação do projeto. E disse que o governo continuará trabalhando para que o PL seja votado “o mais rápido possível”. “Se tivermos ambiente de votação já nesta semana, melhor ainda. Mas estávamos programados para votar só em 24 de outubro”, admitiu Padilha.



Pedro Paulo fez alterações no projeto para levar à votação